

Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida

Daniela Dias Furlani
Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Tendo como base a Psicologia histórico-cultural encaramos o homem como aquele que constrói e é construído pela história, assim como, no decorrer de sua vida, afeta e é afetado por condições externas a ele num movimento dialético das dimensões objetivas e subjetivas. Assim, Sawaia (2012) argumenta que a Psicologia é cada vez mais necessária e requerida para discussão em torno de políticas públicas e cabe a nós, muitas vezes, observar como pano de fundo essas políticas públicas e possibilidades de superações de desigualdades sociais.

Em consonância com tal realidade, discutiremos neste capítulo a realidade psicossocial de jovens de ambiente rural e urbano e as possíveis relações com seus projetos de vida, considerando fatores subjetivos e objetivos que se relacionam ao processo de escolha desses sujeitos quando tecem esses projetos.

Enfatizaremos a afetividade, sentimentos e emoções, para a compreensão dessa relação com a dimensão subjetiva que envolve o processo de escolha dos jovens por levar em conta que “Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos a afetividade que ama e odeia este mundo [...]” (Lane, 1994, p. 62),

Um dos grupos estudados originou-se de um ambiente rural litorâneo, em Cruz, município localizado ao norte do Estado do Ceará, distando 243 km da capital (em linha reta). O outro grupo foi composto por jovens que viviam em ambiente urbano, na cidade de Fortaleza. A partir dessas duas realidades de vida (rural e urbana) procuramos traçar relações entre fatores ambientais, psicossociais e projeto de vida.

Os desafios vividos pela juventude hoje no Brasil tanto nas capitais quanto em populações oriundas de contextos rurais justifica que debruçemos especial atenção às perspectivas de futuro desses jovens no seu cotidiano, no ambiente em que vivem, considerando questões políticas, sociais, econômicas, e culturais.

Nesse sentido, emoção e a criatividade envolvidas no processo de delineamento dos projetos de vida desses jovens se relacionam com “[...]dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, e que trabalhar com elas não é cair na estetização das questões sociais, ou solipcismo, mas sim um meio de atuar no que há de mais singular da ação política emancipadora” (Sawaia, 2009, p. 366).

Juventudes e projeto de vida

A abordagem histórico-cultural apreende a juventude não como uma fase normativa do desenvolvimento humano, mas antes disso: como uma criação histórica que é atribuída de significações e interpretações humanas. Acreditamos na necessidade de superação

dessas visões naturalizantes, onde a fase de vida da juventude é compreendida tão somente por uma série de mudanças psíquicas e biológicas, sem levar em conta parâmetros históricos e culturais de diferentes épocas.

Ozella (2003) cita significados de compreensão da juventude a partir da visão da Psicologia histórico-cultural, onde a juventude é entendida como processo: “[...] uma visão longitudinal e histórica como parte de um processo de desenvolvimento, de transição para a vida adulta” (Ozella, 2003, p. 23). Assim como: “[...] resultado de uma construção social; dependente das relações sociais estabelecidas durante o processo de socialização, incluídos aqui fatores econômicos, sociais, educacionais, políticos e culturais” (Ozella, 2003, p. 23).

Compreendemos que as questões referentes ao projeto de vida para jovens torna-se um assunto de maior importância na medida em que eles vivenciam um contínuo processo de construção de si, traçando caminhos para a realização de seus projetos. Definimos projeto de vida como: “[...] eixos orientadores que significam uma visão de futuro, a partir do aqui-agora de perspectivas, planos, anseios a respeito de trabalho, profissão, vida familiar e desejos relevantes que conferem sentido de vida para uma pessoa” (Furlani & Bomfim, 2010).

O projeto como conduta organizada com o intuito de se alcançar finalidades específicas é definido por: “[...] antecipação no futuro dessas trajetórias e biografia, na medida que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos” (Velho, 2003, p. 101). O projeto situado no presente também se refere a um futuro que é antecipado e incorpora um passado presentificado. Também não se desvincula da realidade (meio social e outros indivíduos) e por isso se constrói em acordo com esta. É o que Velho (2003) designa

como sendo a negociação com a realidade, com a qual o indivíduo se depara ao elaborar e refletir sobre seu projeto.

O referido autor salienta que mesmo sendo os *projetos* algo de cunho particular, é notável a interação dos sujeitos dos projetos com outros indivíduos de modo que possam partir do que Velho (2003) chamou de *campo de possibilidades*. Esse campo é circunscrito dentro de uma realidade histórica, social e cultural que se torna o fundo, enquanto o projeto ocupa o lugar de figura para esse indivíduo. Uma pessoa pode ter projetos diferentes e até mesmo contraditórios. Isso pode ser compreendido quando se leva em conta que essa realidade que subjaz o projeto faz parte do que se denomina sociedade complexa.

Na sociedade complexa, coexistem diferenciados estilos de vida e visões de mundo. Nesta realidade de multiplicidade os indivíduos também se mostram a partir de uma pluralidade, na medida em que assumem vários papéis a partir de diferentes planos em que transitam (trabalho, família, amigos, comunidade, grupos religiosos etc.). Aqui fazemos um paralelo com o conceito de *Identidade metamorfose*, de Antônio Ciampa (2001), onde o indivíduo assume vários *personagens* que viabilizam uma infinidade de possibilidades de existência, que acompanham a construção permanente da identidade do sujeito, explicitando seu caráter processual e dinâmico. E, assim como as pessoas mudam, seus projetos também estão passíveis de transformações. Em uma relação dialética, também entendemos que os projetos mudam as pessoas.

Velho (2003) também faz referência ao termo metamorfose quando faz a designação de *potencial de metamorfose* dos indivíduos das sociedades complexas, que se caracterizam, entre outras coisas, a partir de uma intensa troca cultural. Fenômenos como: migrações, viagens, encontros internacionais, cultura e comunicação de massa etc.

De forma enganosa, uma grande cidade, com seus múltiplos estímulos, parece ofertar muitas possibilidades de escolha para o sujeito. Nela existem milhares de pessoas convivendo em espaços comuns, mas que, na maioria das vezes, estão imersas em seus mundos particulares, como uma expressão individualista de existência. Torna-se comum nos espaços urbanos a questão da apartação social, divisão nítida (econômica) entre espaços dos ricos e espaços dos pobres.

As condições da sociedade atual têm facilitado ou não tal capacidade humana? Essa questão se relaciona diretamente com a capacidade de tecer projetos de vida, sendo essa problemática, mais especificamente com o público jovem, algo que elegemos como um ponto importante a ser investigado.

Para Giddens (2002), quando o sujeito “toma conta de sua vida” ele entra em contato com o risco de enfrentar a diversidade decorrente das possibilidades abertas. Porém, somente dessa forma, alcançará a plenitude de uma vivência ativa e comprometida com seu eu. O autor propõe então a reflexividade do eu. A prática de tal reflexividade poderia ser compreendida de maneira que

A cada momento, ou pelo menos a intervalos regulares, o indivíduo é instado a se autointerrogar em termos do que está acontecendo. Começando com uma série de perguntas feitas conscientemente, o indivíduo se acostuma a perguntar “como posso usar este momento para mudar?” (Giddens, 2002, p. 75).

A mudança individual perpassa a do grupo a qual esse sujeito faz parte já que quando um sujeito pensa sua escolha esta não se desvincula do outro. E quando esse mesmo sujeito de forma contínua não reflete sobre suas escolhas consideramos que aí se envolve uma realidade de alienação que segundo Sawaia (2009, p. 368) “[...] torna cada um contrário a todos os outros, cada qual

imaginando satisfazer seu desejo com a destruição do outro, percebido como obstáculo aos seus desejos [...]”.

Assim, o autoquestionamento é necessário para que o indivíduo seja o autor de sua vida e se envolva com potências de ação e não de padecimento (Sawaia, 2009). Vale ressaltar que na condição da modernidade a pluralização de escolhas torna-se algo que permeia a vida das pessoas de forma intensa. Se o sujeito não consegue lidar com inúmeras escolhas, pode esbarrar em conflitos que o imobilizem para ações transformadoras como também podem refletir aspectos sociais de alienação. A reflexividade pode então vir a ser uma alternativa saudável para que as pessoas estejam mais conscientes de si e da realidade social nos tempos atuais.

Quando pensamos acerca da liberdade e da escolha como inerentes à condição humana (Sartre & Ferreira, 2004), é necessário vincular que a existência de uma pluralidade de escolhas não significa que todos têm alcance a todas as escolhas. Essas são influenciadas pelas variáveis socioeconômicas, assim como pelas influências dos grupos sociais. A limitação sobre o direito de escolher pode causar tanto sofrimento psíquico quanto restrição de aspectos objetivos como a moradia (Sawaia, 2012, p. 366). Ao processo de escolha também se vincula a angústia quando o sujeito percebe que sua escolha também se relaciona com um compromisso que envolve os outros. Para Sartre e Ferreira (2004) a angústia se relaciona com a responsabilidade refletida em ação que o homem tem perante toda a humanidade. Se o homem é ação seu projeto de vida representa o micro e o macro de uma realidade social.

Giddens (2002) atribui importância ao que designa *planejamento estratégico da vida*, que pode ser entendido de forma análoga, na mesma perspectiva do que focamos como projeto de vida. De acordo com o autor: “O planejamento da vida é um meio de preparar um curso de ações futuras mobilizadas em termos da biografia do eu” (Giddens, 2002, p. 83). Pensamos então que

problematizar a temática do projeto de vida na juventude, possibilitando uma prática de reflexividade, é um modo de preparar o jovem para o futuro, reconstruindo seu passado e estando comprometido com seu presente.

Afetividade como categoria de estudo

Com base na possibilidade de interação entre fenômenos sociais e psicológicos, elegemos a categoria de afetividade nesse estudo para refletirmos sobre as relações possíveis entre as emoções e os aspectos sociais referentes aos grupos de jovens em foco.

Epistemologicamente, o conceito de afetividade na constituição do conhecimento foi subjugado ao que é negativo e patológico. Existe uma clara cisão, entre o emocional e o racional, estabelecendo assim uma nítida dicotomia entre o intelecto e a emoção. A perspectiva histórico-cultural, contrária à dicotomia entre corpo e alma, vem se opor também a esta cisão – razão e emoção) – assim como qualquer outra dicotomia proposta por alguma teoria.

A autora Bader Sawaia (1999) investiga a categoria da afetividade explicitando uma tentativa de resolução das dicotomias entre subjetividade e objetividade, razão e emoção, interno e externo, indivíduo e social, entre outras, tão presentes na ciência psicológica. Pela afetividade rompe assim com o paradigma racionalista e positivista, que se reflete no fato de que questões referentes ao racional ao longo da história da ciência sempre obtiveram um lugar de destaque nos diversos campos do saber. Em contrapartida, estudos que tratassem da emoção e da afetividade não eram evidenciados, mas, relegados ao âmbito da loucura, já que eram desconhecidos e tidos como aspectos que extrapolavam o controle e o que a sociedade impunha como norma. Ou seja, emoções e sentimentos eram tidos como algo que possibilitava um não controle, uma desordem dos fatos.

Sawaia (2002) usa o termo afetividade, então, como fenômeno ético-político, unindo ética, política e afetividade no sentido de demarcar uma ontologia e caracterizar a dimensão social do afeto e a dimensão humana da ética, por isso é uma categoria transdisciplinar. Além disto, constitui-se um eixo orientador de observação e de análise.

Um dos autores em que Sawaia (2002) se fundamenta para tratar de tal questão é o psicólogo russo Lev S. Vigotski. Percebe que a obra desse autor produz um efeito real sobre a teoria das emoções. Vigotski (2001) se ocupa da questão do psiquismo como sendo constituído por um todo integrado, sendo a emoção uma de suas partes que se conecta com todas as outras. Ele aborda o tema das emoções e mostra que uma séria desvantagem do tradicional antagonismo entre razão e afeto é o fato da Psicologia se deparar com a dificuldade de se explicar a gênese do pensamento, incluindo os seus motivos e as suas necessidades.

Segundo o autor: “Para compreender a fala de outrem não basta entender suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem isso é suficiente – também é preciso que conheçamos sua motivação” (Vigotski, 2001, p. 188). Essa ideia se associa à defendida pelo autor de que todos os pensamentos que antecedem as falas têm uma tendência afetivo-volitiva, ou seja, são gerados por emoções.

Percebemos o afeto como algo que se encontra na base das escolhas humanas. Como se ele assumisse a posição de uma força motriz que interfere nas atitudes dos indivíduos. Os afetos interferem nos pensamentos, que por sua vez irão influenciar as escolhas, atitudes e opções que priorizamos ao longo de toda a nossa existência. Ação e pensamento são motivados. Essa ideia está em conformidade com a visão não dicotômica entre razão e emoção. A emoção é, pois, a base dos pensamentos e das ações, como se fosse o combustível que impulsiona o movimento de um automóvel.

Como enunciou Vigotski (2001), a tendência afetivo-volitiva está por trás do pensamento. Então, não se concebe um pensamento que não seja motivado.

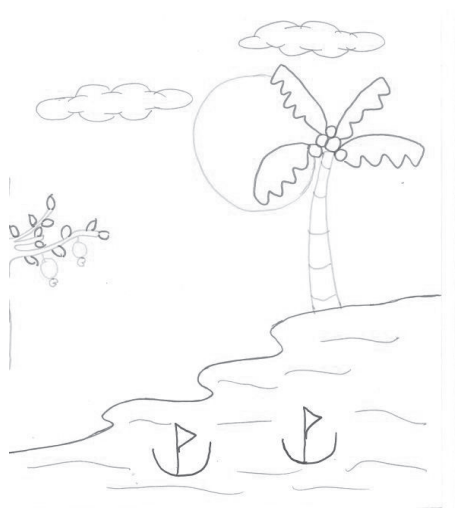
Sawaia (2002, p. 7) conclui que “[...] a afetividade tinha o potencial de ser um microcosmo, onde se cruzam, num processo de transmutação, o social e o psicológico, permitindo, dessa forma, analisar questões sociais, sem perder o homem de carne e osso”. Sawaia (1999) propõe que o estudo da afetividade pode ser um meio de se compreender o problema da desigualdade social e a dialética da inclusão/exclusão social. Essa perspectiva coloca as emoções como algo de cunho social, e, portanto, como um fenômeno histórico, que por sua natureza se encontra em constante devir. A autora explica que o sentido de classificar as emoções como uma questão ético-política serve para que a Psicologia possa introduzir o sujeito nas análises econômicas e políticas necessárias para o desenvolvimento social do país. Assim, a ética passa a englobar aspectos psicológicos sociais e políticos. A organização social influencia na maneira como as pessoas se tratam intersubjetivamente. O sofrimento analisado ético-politicamente vem denunciar questões sociais que envolvem relações de opressão/opressor, dominador/dominado, que ocorrem nas vivências cotidianas das pessoas.

Bomfim (2003) propõe uma metodologia de apreensão dos afetos, os mapas afetivos¹, uma forma de construção de sentidos movidos pelos afetos, que avaliam como as pessoas se posicionam diante de uma cidade, do bairro ou comunidade, ou de qualquer tipo de ambiente onde vivem que seja um território emocional que gera significados. Assim, a afetividade com o lugar pode conjugar dimensões importantes quando se almeja investigar realidades sociais das relações das pessoas com seus lugares.

1 Essa foi a metodologia utilizada na pesquisa da dissertação de mestrado intitulada *Juventude e afetividade: Tecendo Projeto de vida pela construção dos mapas afetivos*, mestrado em psicologia da UFC.

Com base nessa metodologia, construímos os mapas afetivos de jovens de ambientes rurais e urbanos, relacionando esses afetos com seus projetos de vida. Para isso, foi solicitado aos jovens que desenhassem como percebiam e sentiam o ambiente a qual faziam parte. A seguir, apresentamos o desenho de um jovem morador do ambiente rural que ilustra uma imagem de contraste.

Figura 1 – Desenho apresentado a partir do instrumento gerador do mapa afetivo tendo como imagem o Contraste



Quando indagado sobre seus projetos de vida, manifesta vontade de terminar seus estudos e se qualificar com um curso de informática. Considera que tais *projetos* são fáceis de realizar. A imagem suscitada com o mapa afetivo correspondeu a de *contraste* porque o respondente expressa qualidades positivas do lugar onde mora, relacionando-as com o turismo, no entanto, afirma não querer permanecer morando na localidade por falta de trabalho. Justifica o desejo de morar em outro município onde lhe fosse ofertado melhores oportunidades. Quando solicitado a responder ao quesito 3 do mapa afetivo (“Caso alguém lhe perguntasse o que pensa sobre sua cidade, o que você diria?”) o respondente afirma:

“Em certos momentos bons em outros ruins, principalmente em administrações”. Essa insatisfação em relação ao lugar é complementada pela resposta do quesito posterior, onde compara seu município com “um carro velho que só funciona no empurrão”.

Esse jovem, na ocasião da pesquisa, não exercia um trabalho efetivo, a não ser ajudando sua mãe fazendo crochê (trabalho informal). Percebe-se, portanto, que a busca por trabalho é o fator motivador do respondente, assim como dos outros jovens de ambiente rural, que tem como consequência não ter vontade de permanecer no lugar onde vive. Em relação à comunidade, responde não se considerar pertencente a ela, não participando de nenhum grupo. O que de certa forma contribui com a perspectiva de deixar o lugar de origem. Um dos desenhos representativos da relação de projetos de vida de jovens do ambiente urbano nessa imagem de contrastes pode ser vista a seguir.

Figura 2 – Desenho apresentado a partir do instrumento gerador do mapa afetivo tendo como imagem o Contraste



Os contrastes de sentimentos da jovem são observados no significado que ela atribui ao desenho. Foi percebido não só na imagem de contraste gerada a partir do mapa afetivo, mas também

durante a entrevista quando questionado sobre seus projetos de vida. A jovem afirma: “Eu, assim, eu nunca pensei em fazer faculdade né, meu pai que sempre falou pra mim e até pra minha irmã que também não queria fazer faculdade não. Mas, assim, ele sempre fala que é pra gente fazer e tal, mas assim meu pai é bancário, e uma coisa que eu coloquei na minha cabeça é que eu quero ser bancária, coloquei na minha cabeça que quero passar no concurso do Banco do Brasil e ser bancária. Quem sabe depois de eu ter passado no concurso do Banco do Brasil eu faça uma faculdade assim, eu quero fazer Artes Cênicas. Meu pai também é contra. Ele fala assim, não tem que fazer alguma coisa que dê dinheiro, não sei quê.... Mas aí eu passando no Banco do Brasil né, aí eu posso fazer a faculdade de Artes Cênicas”. Aqui percebemos contrastando o que a jovem deseja realizar em sua vida, com os valores parentais. Sendo estes últimos confusos em relação aos seus próprios projetos de vida.

Em relação ao significado do desenho escreve: “Bom, primeiro tem um rio poluído. Eu acho Fortaleza suja. Depois tem um assaltante, a violência aqui é muito grande. Mas tem uma pessoa de braços abertos, as pessoas daqui são muito acolhedoras”. Nesse caso, o contraste de sentimentos em relação ao lugar pode ser decisivo em relação à dúvida expressa pela respondente durante a entrevista ao responder sobre seu desejo de permanecer morando em Fortaleza, onde mora há um ano: “Tenho vontade de voltar... sei lá às vezes tenho vontade de voltar, às vezes de ficar, não sei ainda...”.

Questionamos então como se fragilizam os projetos de vida de jovens que vivem em ambientes expostos a situações de exclusão social em contextos rurais e urbanos. Acreditamos que a categoria afetividade, posta em destaque neste estudo, é relevante para essa investigação por dar subsídios para compreensão da realidade de jovens frente aos seus projetos de vidas. Lane (1994) apontou que: “[...] a relevância atribuída ao racional, em nossa cultura, submete as emoções ao seu contrário fazendo com que aquelas não

verbalizadas sejam reprimidas vindo a constituir inconscientes” (Lane, 1994, p. 60).

Essa repressão das emoções pode estar correlacionada com a cultura capitalista dominante, que pretende obscurecer as desigualdades sociais e legitimar as relações de opressão por que passa a maioria da população. Acrescenta-se ainda a realidade de instrumentalização dos afetos e do corpo em nossa sociedade. Sawaia (1999, p. 106) afirma que: “Saúde e felicidade são mercadorias compradas em prateleiras, sob receita médica”. É o poder da técnica, que segue a lógica do capital. Verificamos as complexas relações entre aspectos individuais e sociais, configurados em uma interdependência interacional, que nos mostra uma realidade de desigualdade social que vem reproduzindo processos de exclusão.

A exclusão não é um estado que se adquire ou do qual se livra em bloco, de forma homogênea. Ela é um processo complexo configurado nas confluências entre o pensar, sentir e o agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade, gênero, num movimento dialético entre a morte emocional (zero afetivo) e a exaltação revolucionária (Sawaia, 1999, p. 110-11).

A compreensão do processo de inclusão e exclusão social no contexto rural e urbano dos jovens estudados é fundamental para a busca de ações em diversos âmbitos que possam minimizar ou erradicar os efeitos das desigualdades sociais. Os aspectos afetivos desvelados no contexto da vida cotidiana desses jovens podem ser tomados como ponto de avaliação de suas reais necessidades, assim como do nível de implicação destes com o lugar.

A implicação revela o compromisso histórico dos homens, na medida em que os jovens têm a possibilidade de se tornar sujeitos críticos que fazem e refazem uma época, anunciando e denunciando situações de opressão, contribuindo dessa forma com

transformações sociais. Nesse sentido, Freire (1980) lembra que a realidade passa a ser desvelada, desmistificada quando o sujeito sai da posição ingênua e passa a ter um olhar crítico da realidade, transcendendo situações limites e tornando possível a superação de opressões desumanizantes.

Modos de vida rural e urbano

Enfocamos os modos de vida rural e urbano e sua relação com os projetos de vida de jovens com o intuito de não reforçar o privilégio que a Psicologia tem dado a questões do urbano em detrimento do rural, já que não é lugar comum nessa ciência o trato com as questões de sujeitos que vivem em ambientes rurais (Albuquerque, 2002). Para isso também enfocamos as características da cidade na contemporaneidade, para que possamos contextualizar os modos de vida e suas repercussões sobre a subjetividade humana.

Park (1979) argumenta que a cidade vai além dos aspectos meramente físicos e objetivos. Enfatiza os processos de relações interpessoais que perpassam a distância de uma cidade, entendida como resultado de algo produzido pelos homens que, como seres agentes, imprimem suas marcas por meio dos costumes, tradições e hábitos que vão construindo ao longo de sua trajetória histórica e social. Rolnik (1994) também considera a cidade como resultado da ação humana, já que a considera “[...] uma obra coletiva que desafia a natureza” (Rolnik, 1994, p. 8). A cidade pressupõe então um sentido de coletividade, apesar de nela existirem diversas individualidades.

Difícil é a demarcação entre ambiente urbano e rural em um mundo que se torna cada vez mais urbano (Véras, 2000). A cidade “[...] condensa diferentes facetas ligadas ao mundo econômico, à vida social, à cultura, atingindo os modos de vida, as subjetividades, a comunicação, a questão do território e da alteridade” (Véras, 2000, p. 9).

Em relação aos processos de segregação, compara a cidade a “[...] um mosaico de pequenos mundos, que se tocam, mas não se interpenetram” (Park, 1979, p. 67). Essa divisão de mundos gera exclusão social, que afeta principalmente a vida da população mais frágil economicamente. A exclusão social na dinâmica da cidade pode ser vista nitidamente na divisão de bairros dos ricos separados dos bairros que concentram pessoas pobres, onde a infraestrutura das moradias é bastante precária.

Rolnik (1994, p. 52) diz que “Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto”.

Passam a existir aí os “muros invisíveis” como resultado de uma demarcação social de exclusão entre classes de pessoas que, mesmo vivendo em única cidade, não convivem de forma natural, espontânea no que diz respeito ao tráfego nos mesmos lugares dessa cidade. Em algumas cidades, os bairros de ricos e de pobres se localizam em espaços próximos, o que muitas vezes leva a um aumento da violência urbana, já que, como mencionamos, a convivência entre os diferentes grupos não é pacífica.

Um aspecto interessante apontado por Park (1979) é que os sentimentos dos habitantes de uma cidade são percebidos em aspectos do físico da cidade. Ou seja, a cidade acaba agregando em si aspectos, qualidades dos seus habitantes. O autor utiliza o conceito de vizinhança, que significa “[...] uma localidade com sentimentos, tradições e uma história” (Park, 1979, p. 34). A vizinhança facilita o desenvolvimento de sentimento local dos habitantes de uma cidade.

Em relação às grandes cidades, Park (1979) argumenta que o sentimento de vizinhança é desfavorecido no sentido de perder muito de sua significância por causa de certos aspectos peculiares à vida citadina. Por exemplo, o desenvolvimento, tanto dos meios

de transportes, como os de comunicação, facilita a movimentação dos habitantes das cidades, o que faz com que a mobilidade deles seja rápida e frequente. Logo, a intimidade da vizinhança tende a ser dispensável. Nos centros urbanos, onde o modo de vida das pessoas pressupõe essa mobilidade diária, verifica-se uma menor intimidade entre os cidadãos. Porém, segundo Park (1979), isto já é notado de forma contrária nos lugares de segregação populacional, como as colônias raciais e de imigrantes.

Outro aspecto da cidade, como demonstra Park (1979), é o que se refere à cidade como o espaço de possibilidades diversas para o homem, lugar onde exercer escolhas, opções e vocações. A comparação da cidade com um ímã, feita por Rolnik (1994), em que a cidade exerce a capacidade de atrair incessantemente milhares de pessoas através de uma força magnética constante, é bastante útil quando pensamos nas múltiplas facetas da cidade que geram a atração de pessoas. Dentro da multiplicidade de opções que a cidade vai ofertar, os homens, por meio de competição pessoal, poderão ser selecionados conforme suas condições específicas. A isso se relaciona o processo de racionalização das ocupações.

O fenômeno de pessoas que são atraídas para as cidades não é algo recente. Como apontou Rolnik (1994), já na época do declínio do feudalismo, os camponeses, mesmo sem uma perspectiva concreta de trabalho nas cidades, fugiam do campo, movidos por um sentimento de libertação.

Usando o termo mobilidade, Park (1979) compara o homem citadino com o camponês. Explica que mobilidade tem como correlativo o termo isolamento, representando um caráter e uma condição. Salienta que não precisa necessariamente existir um obstáculo físico para ocorrer mobilidade ou isolamento. A própria educação ou os meios de comunicação podem interferir nesse quesito.

Rolnik (1994) relaciona a revolução industrial com a fomentação dos movimentos migratórios para as cidades. Segundo a

autora, as cidades são: “[...] transformadas em polos de atração para massas de imigrantes de regiões e países os mais variados, as cidades passaram a ser sinônimos de heterogeneidade cultural e étnica” (Rolnik, 1994, p. 79). Dessa forma, as características das cidades urbanas que se tornam mais intensas a partir dos avanços industriais afetam a condição de vida das pessoas que se deslocam de seus ambientes de origem em busca de novas oportunidades de trabalho. Com relação ao Brasil, a migração ocorre não somente entre estados, mas também entre países. Um exemplo disso é a história de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que foram palco de imigração de italianos, espanhóis e portugueses. Rolnik (1994) denuncia um caráter contraditório das cidades industriais, que é o fato do aumento da violência. Refere que o avanço industrial é ao mesmo tempo avaliado como potência de criação e de destruição.

As condições contextualizadas de cada tipo de homem (rural ou urbano) influenciam em seus modos de vida e, portanto, na organização de distintos grupos sociais no lugar onde moram. Além do que, a vida nas grandes cidades faz com que as relações se tornem impessoais e racionais, o que, segundo Rolnik (1994) leva à definição de interesses movidos por dinheiro, sendo este o centro e a causa das grandes resoluções econômicas, sociais e políticas. Isso nos leva a pensar que a economia também interfere nos processos de mobilidade das populações, que são levadas a permanecer ou não no lugar onde moram de acordo com as mudanças no âmbito econômico.

Park (1979) argumenta que, nas grandes cidades, ao mesmo tempo em que se multiplicam as oportunidades das pessoas de terem contato com seus semelhantes e com outras instituições, a qualidade desses contatos é de transitoriedade e instabilidade. Compara a habitação das pessoas na cidade com a permanência de indivíduos em um grande hotel. Sugere que as relações íntimas e permanentes, próprias de comunidades menores, são substituídas por relações casuais e fortuitas.

A cidade pode abarcar o diferente, a alteridade em alguns casos, mas isso não significa dizer que realmente existam espaços igualitários para todos. Como já foi analisado, a segregação e exclusão social são vividas de forma intensa nas metrópoles. Na realidade de exclusão social presente nas grandes cidades, a diferença do outro é transformada em inferioridade. O que pode ser visto como antagônico, já que poderíamos supor que nas cidades, que possuem diversidades tão grande de lugares, haveria de ter espaço para todos.

Como avaliou Vêras (2000, p. 18): “Se a cidade global tem a face de muitos lugares, marcas de outros povos, diferentes culturas, por ser lugar de imigração, é também espaço de não lugares, do transitório, do não identitário e histórico”.

Um exemplo que aqui se faz oportuno avaliar é a migração de sertanejos para as metrópoles. Muitos deles se deslocam de seus lugares de origem para fugir da seca com a esperança de uma vida melhor. Ocorre que na maior parte dos casos não são bem sucedidos em seus objetivos e passam a compor o cenário de fome e pobreza típico das grandes cidades. São desenraizados culturalmente e jogados na dureza da vida urbana que não os absorve no mercado de trabalho.

O espaço urbano, cenário de desigualdade social, provoca o desenraizamento cultural de migrantes, mas não só deles; boa parte da camada popular também sofre essa exclusão. Segundo Darmergian (2001), há um processo de eliminação da heterogeneidade em prol da heteronomia da vontade. A sociedade despreza o dessemelhante tentando eliminá-lo em muitas situações.

Considerando ambas as realidades (rural e urbana) encontramos relações significativas entre o ambiente dos jovens estudados e seus projetos de vida, a partir dos motivos afetivo-volitivos, entendidos como a base das palavras e do pensamento expressos pelos jovens imersos em relações sociais existentes em sua cultura (Vigotski, 2001).

Onde eu quero e posso viver? Como eu quero e posso viver? O que eu quero e posso fazer?

Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde vai (Sêneca).

Concordamos com pressupostos existencialistas que, buscando entender a existência humana, admitem que o homem é seu projeto e existe escrevendo sua vida na medida que realiza tal projeto (Sartre & Ferreira, 2004). Assim entrevistamos jovens para conhecer seus projetos de vida almejando entender se eles estabeleciam estratégias para alcançá-los no lugar em que viviam, e se achavam que tais projetos eram concretizáveis, entre outras questões (Furlani, 2007).

Em sua maioria os jovens tiveram como projeto de vida concluir os estudos, fazer uma faculdade, ter um trabalho e/ou emprego fixo e constituir uma família. Levantamos a questão de que muitos jovens não possuíam condições de ter clareza sobre o que pretendiam para o seu próprio futuro e que tal fato integra condições objetivas e subjetivas. Nossa experiência apontou que os jovens envolvidos na pesquisa retrataram vidas, depoimentos e significados que revelaram que a “A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação (Sawaia, 2012, p. 360)”.

É pertinente ao tema projeto de vida para os que vivem a juventude, e muitas vezes se constitui um grande desafio. O jovem, que comumente é um ser questionador, traz em si um grande potencial para ser o grande autor de sua vida. No entanto, as dificuldades por que passa, sejam elas de cunho individual (crises existenciais, alterações de humor, modificações hormonais etc) ou de cunho social (situação socioeconômica, desigualdades sociais,

crise de valores etc.), podem influenciar na atuação consciente e planejada desse jovem em sua própria vida.

A diferenciação dos jovens moradores de ambiente urbano para rural não resultou em uma diferenciação completa de seus projetos de vida. Contudo, observaram-se influências do ambiente em que residem em relação a algumas características específicas de seus projetos de vida. Identificamos que os jovens do ambiente rural tendem a buscar mais cedo o trabalho, em relação aos jovens do ambiente urbano. Observou-se ainda que estes trabalhos eram, em geral, informais, sem a garantia de direitos trabalhistas, o que lhes gera uma insegurança em relação ao lugar em que moravam.

Percebemos uma grande queixa dos jovens do ambiente rural sobre a dificuldade de encontrar trabalho no lugar que viviam. Esse fato se relaciona com o projeto deles de pretender morar em outro lugar, na tentativa de buscar melhores oportunidades de trabalho. Muitos afirmaram que, se não fosse por esse fato, gostariam de permanecer morando lá mesmo. Já em relação aos jovens do ambiente urbano, identificamos uma queixa em relação à violência urbana, à qual estão cada vez mais expostos, gerando sentimentos de contraste em relação ao lugar que habitam. Ao mesmo tempo em que gostam do lugar, devido às características atrativas dele (praias, clima quente, hospitalidade das pessoas etc.), sentem-se mal com assaltos, crimes e violência. A violência urbana que amedronta – não só aos jovens – provoca um sentimento de desconforto, medo, insegurança, que leva a certa imobilização das pessoas em geral. Os jovens, foco específico desta pesquisa, expressaram muitas vezes o fato de não conhecerem verdadeiramente sua cidade por causa do medo de transitar pelas ruas. Os jovens do ambiente urbano expressaram um maior desejo de ingressar na faculdade do que os jovens do ambiente rural. Consideramos que isso não se relaciona somente com a situação financeira dos jovens; relaciona-se, também, com o fato de o meio urbano oferecer mais alternativas para o ingresso no ensino superior, instigando quem está perto a almejar

uma participação nesses níveis mais avançados da educação. Ao passo que, em um ambiente rural, onde não existem faculdades e universidades, ocorre o desinteresse a partir da impressão de que esse projeto seja distante de suas realidades.

Consideramos que a falta de perspectivas dos jovens para construir projetos de acordo com as referências que encontram se relaciona tanto com aspectos individuais como com condições adversas do meio social pelo qual estão imersos. Parece existir, então, uma relação entre condições sociais específicas de ambientes diferentes e a maneira como cada um se posiciona, o que permite fazer escolhas e vivenciar situações (Matheus, 2003).

A desigualdade econômica que impera atualmente em nossa sociedade leva à exclusão social, que é experimentada pelos jovens como ameaça que fragiliza seus projetos de vida. Tanto os jovens do ambiente rural quanto os do ambiente urbano pertencem a classes sociais economicamente mais desfavorecidas, compondo um quadro de vulnerabilidade social. Quando os jovens demonstraram falta de criatividade e motivação para projetar planos, objetivos e metas diversificadas para suas vidas percebemos e identificamos o sofrimento ético-político (Sawaia, 2012).

O imediatismo de limitar-se a questões pessoais de um presente imediato demonstrado pelos jovens que pouco refletiram sobre suas vidas, restringindo os projetos ao que lhes parecia mais possível de conquistar – profissão, trabalho e família, revelou-se uma realidade dos jovens de ambos os ambientes (rural e urbano).

A participação dos jovens em grupos de iguais (religiosos, esportivos, artísticos ou sociais) possibilita a troca de experiências, que leva à aprendizagem, ao autoconhecimento, aos sentimentos de bem-estar, ao crescimento pessoal, à motivação, à liberdade e à criatividade que facilitam a expressão de seus projetos levando em conta que “o outro é indispensável à minha existência, tal como

aliás ao conhecimento que eu tenho de mim” (Sartre & Ferreira, 2004, p. 221).

Costa (2004) argumenta que uma das consequências decorrentes da crise da modernidade consiste no fato de que o indivíduo encontra-se diante do enfraquecimento de instâncias, tais como: a família, o trabalho e a religião. Ou seja, atualmente não existe mais tão nítido um padrão a ser seguido, prevalecendo as multiplicidades de normas, condutas e modelos. Com o detrimento dessas instituições, Costa (2004) mostra que o indivíduo passa a se basear em dois eixos de suporte: o narcisismo e o hedonismo. Narcisismo entendido como individualismo exacerbado e o hedonismo como uma consequência da dinâmica identitária narcisista. O sujeito tende a se envolver apenas com compromissos particulares, além de permanecer preso ao presente. É incapaz de antecipar problemas, questões a serem pensadas, não exercendo muito a capacidade de elaborar projetos de vida.

Costa (2004) defende a ideia de que as instâncias tradicionais não deixaram completamente de exercer domínios sobre os indivíduos. O que passou a ocorrer foi o que denominou de “privatização” de tais instâncias. Ao invés de serem eleitas universais, passam a atuar a partir de uma multiplicidade, tendo efeito de acordo com cada caso, não vigorando de modo homogêneo. Assim, pensamos como um ponto favorável à liberdade que o sujeito tem de poder se adequar a uma pluralidade de valores, tradições e padrões de comportamento.

Já a autora Costa (2012) designa rede de apoio social (família, escola, pares e comunidade) como fator de proteção para jovens se desenvolverem de forma saudável mesmo diante de condições adversas e aponta que o papel dessa rede e sua influencia na vida da juventude brasileira que vive em condições de vulnerabilidade social.

Concordamos com a advertência de Sawaia (2012, p. 370) de que “a consciência/sentimento de que nossa potência de passar da

passividade à atividade só é possível por meio do outro que nos torna comprometidos socialmente, não por obrigação, mas como ontologia”.

Assim, políticas públicas que considerem uma rede de apoio social como fator de proteção para jovens se desenvolverem de forma saudável mesmo diante de condições adversas, deve ser um eixo prioritário do Estado. Envolvidos nessa rede de proteção, os jovens tendem a elaborar seus projetos de vida de forma mais estruturada e crítica.

O potencial do jovem para mobilização, reflexão, busca de superação de desafios que gerem mudanças pessoais e grupais deve ser aproveitado e incentivado por educadores e por profissionais de diferentes áreas. Acreditamos que esse é um dever e um desafio em nossa sociedade atual, principalmente num país como o Brasil, em que os jovens representam uma grande parcela da população.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. (2002, janeiro-abril). Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 37-42.
- Almeida, M. I. M. (2003). *Noites nômades: Espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Almeida L. S. & Freire, T. (1997). *Metodologias da investigação em Psicologia e educação*. Coimbra: APPORT.
- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e Afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Tese de doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Castro, L. R. (2001). Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In Castro, L. R. (Org.). *Crianças e jovens da cultura* (1a ed, pp. 20-60). Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ.

Ciampa, A. C. (2001). *A estória de Severino e a História da Severina*. 7a ed. São Paulo: Brasiliense.

Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura*. Rio de Janeiro: Garamond.

Costa, L. G. *A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas*. Recuperado em 17 março 2012, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16339/000699006.pdf?sequence=1>.

Darmegian, S. (2001). A construção da subjetividade na metrópole paulistana: desafios da contemporaneidade. In J. Pinheiro (Org.). *Panoramas interdisciplinares para uma Psicologia do urbano*. São Paulo: EDUC, FAPESP.

Ferreira, K. P. M. (2006). *Ficar ou Partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semiárido cearense*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. p

Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática de libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3a ed. São Paulo: Moraes.

Furlani, D. D. & Bomfim, Z. A. C. (2010) Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicologia e Sociedade*, 22 (1), pp. 50-59.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio: Zahar.

Lane, S. T. M. (1994) A Mediação Emocional na Constituição do Psiquismo Humano. In S. T. Lane, M & B. B. Sawaia (Orgs). *Novas veredas da psicologia social* (pp. 55-63). São Paulo: Brasiliense.

Matheus, T. C. (2003). *O discurso adolescente na virada do século*. Recuperado em 3 outubro 2006, de <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=ci_arttex&pid=So103-65642003000100006&Ing=en&nrm=iso.

Osório, L. C. (1989). *Adolescência hoje*. Porto Alegre: Artemed.

Ozella, S. (2003). *Adolescências Construídas*: a visão da Psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez.

Park (1979). A cidade: Sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano In Velho, O. G. *O fenômeno Urbano*. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Queiroz, M. I. P. (1976). Do rural e do urbano no Brasil. In T. Szmrecsányi (Org.).

Vida rural e mudança social (pp.160-173). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Rolnik, R. (1994). *O que é cidade*. 3a ed. São Paulo: Brasiliense.

Sartre, J. P. & Ferreira, V. (2004). *O existencialismo é um humanismo*. Chiado: Bertrand.

Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.

Sawaia, B. B. (2002). A afetividade como fenômeno ético político e locus da reflexão crítico epistemológica da Psicologia Social. *International Journal of Critical Psychology* (prelo).

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. [versão eletrônica] *Psicologia & Sociedade* 21(3), 364-372.

Velho, G. (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Véras, M. P. B. (2000). *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Cultrix.

Vigotski, L. S. (1999). O Significado histórico da crise da Psicologia. In *Teoria e método em Psicologia*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fonte.